

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIFICADA NO ENSINO SUPERIOR

Dangelo de Almeida Neves¹

Matheus Caldeira Barreto²

Ana Maria Simas Gaia³

RESUMO: A educação é uma ferramenta crucial para o desdobramento dos aspectos sociais, culturais e econômicos, sendo responsável pela inclusão de grupos marginalizados. Diante disso, este artigo tem como objetivo geral analisar a importância das políticas públicas de inclusão e diversidade no Ensino Superior para garantir o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica com teóricos e legislações entre os anos de 2017 e 2026, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Fundamenta-se na Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei nº 13.146), que assegura os direitos das pessoas com deficiência, e nas contribuições de Dermeval Saviani sobre a Pedagogia Histórico-Crítica, a qual expande a inclusão para além das deficiências físicas, defendendo o acesso universal da classe trabalhadora ao conhecimento erudito e combatendo a exclusão do saber. Os resultados apontam que programas de democratização do acesso atuam diretamente na redução das desigualdades históricas. Contudo, evidencia-se que os estudantes ainda enfrentam inúmeros desafios, como barreiras socioeconômicas, físicas, preconceito, racismo e discriminação. Conclui-se que o sucesso acadêmico e a mitigação da evasão universitária dependem diretamente de uma articulação sólida entre o ingresso e as políticas de permanência estudantil.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Ensino Superior. Políticas Públicas. Permanência Acadêmica.

ABSTRACT: Education is a crucial tool for the unfolding of social, cultural, and economic aspects, being responsible for the inclusion of marginalized groups. Therefore, this article aims to analyze the importance of public policies for inclusion and diversity in Higher Education to guarantee access, retention, and academic success for students. The research is based on a qualitative approach, with a descriptive character, developed through bibliographic research with theorists and legislation between the years 2017 and 2026, using the content analysis technique. It is grounded in the Brazilian Inclusion Law (LBI, Law No. 13.146), which ensures the rights of people with disabilities, and in the contributions of Dermeval Saviani on Historical-Critical Pedagogy, which expands inclusion beyond physical disabilities, defending universal access for the working class to erudite knowledge and combating exclusion from knowledge. The results indicate that programs for democratizing access directly contribute to reducing historical inequalities. However, it is evident that students still face numerous challenges, such as socioeconomic and physical barriers, prejudice, racism, and discrimination. It is concluded that academic success and the mitigation of university dropout rates depend directly on a solid articulation between admission and student retention policies.

Keywords: Inclusive Education. Higher Education. Public Policies. Academic Retention.

¹Pós-graduando do curso de Pós-graduação em Docência do Ensino Superior – FAMETRO/Manaus.

²Pós-graduando do curso de Pós-graduação em Docência do Ensino Superior – FAMETRO/Manaus.

³Professora Orientadora, Especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior – FAMETRO/Manaus.

I INTRODUÇÃO

A Educação, no geral, é vista como uma ferramenta importante em vista aos desdobramentos dos aspectos sociais, culturais e econômicos de um país e também, é responsável pela inclusão social de grupos considerados menos favorecidos, o que implica a necessidade de desenvolver políticas educacionais visando a reestruturação e inclusão pedagógica destes que são colocados à margem dessa estrutura (Saviani, 2018).

Nessa perspectiva, pensar em Educação Inclusiva (EI) significa buscar meios de incluir todas as pessoas ligadas no processo de ensino e aprendizagem, com o intuito de possibilitar uma formação libertadora, integral e comprometida com a transformação desse sujeito perante sua realidade. Consideramos ainda que a educação inclusiva se torna cada vez mais necessária em todos os níveis de ensino, inclusive, no Ensino Superior (ES), a partir do avanço social de inclusão desses sujeitos ao cenário cotidiano, visando sua plena cidadania, destacamos que professores e instituições de ensino precisam, cada vez mais, adaptar-se para acolher todos, sobretudo, aqueles com deficiência, seja ela física ou intelectual (Silva, 2018).

Seguindo o contexto acima, vimos que as políticas públicas de inclusão e diversidade no ensino superior são ações desenvolvidas pelo Estado e pelas instituições de ensino para garantir acesso, permanência e sucesso acadêmico de estudantes pertencentes a diferentes grupos sociais, especialmente aqueles historicamente excluídos. Essas políticas promovem igualdade de oportunidades, valorização da diversidade e Justiça social nas universidades e faculdades.

Logo, essa reparação é direcionada para grupos reconhecidos como minorias que precisam de apoio, e esse apoio se manifesta de diversas formas educacionais, como projetos de inclusão dentro das faculdades e instituições de ensino, bolsas e financiamentos estudantis, rede de apoio e projetos de empregabilidade oferecido pela a própria instituição e o ensino direcionado e inclusivo para todos os grupos.

Para tanto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a importância das políticas públicas de inclusão e diversidade no ensino superior para garantir acesso, permanência e sucesso acadêmico dos estudantes. E como objetivos específicos temos os seguintes: Identificar as principais políticas públicas de inclusão no ensino superior brasileiro; Analisar os desafios enfrentados pelos estudantes pertencentes a grupos historicamente excluídos; Avaliar a contribuição das bolsas, financiamentos e projetos institucionais de apoio estudantil; Investigar como a inclusão impacta o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes.

Portanto, para o desenvolvimento do artigo, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica,

com revisão de literatura com teóricos que abordam sobre a temática em questão, entre 2017 a 2026, tendo como abordagem a pesquisa qualitativa, para que o desenvolvimento da pesquisa seja fortificada diante de resultados envolvendo teóricos qualificados que contextualizem a inclusão e suas políticas públicas no contexto do Ensino Superior.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETO DE INCLUSÃO INSTITUCIONAL

As políticas públicas se apresentam de diversas formas dentro da sociedade, viabilizando as prioridades do Estado em áreas essenciais como saúde, segurança, meio ambiente e educação. São conjuntos de programas e ações voltados para o desenvolvimento social, principalmente para aqueles que precisam ser amparados por lei. Essas políticas inicialmente precisam ser elaboradas e trabalhadas pelo Estado para que sejam garantidos os direitos, solucionados os problemas e oferecida uma melhor qualidade de vida para a sociedade como um todo. No ensino superior, essas políticas públicas se apresentam como um conjunto de leis, diretrizes e ações voltadas para expandir e melhorar as instituições de ensino. O objetivo maior é garantir o acesso da população, democratizar a educação, assegurar a qualidade acadêmica e promover a inclusão. Conforme o Artigo 1º da Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência Lei 13.146 (2015), destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência. É considerado pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, levando essa pessoa a não ter participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições. (Brasil, 2015).

A educação inclusiva visa eliminar barreiras físicas, pedagógicas, sociais e culturais, ampliando o aprendizado e a participação de todos os estudantes, com ou sem necessidades específicas. Esse processo constrói um ambiente acolhedor e garante a igualdade educacional. No ensino superior, seja em instituições públicas ou privadas, a inclusão deve assegurar a igualdade de oportunidades, viabilizada por políticas públicas e de ensino que se materializam em diversos programas de inclusão.

Promover a acessibilidade é uma exigência legal. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) determina a ampliação dos critérios de acessibilidade para todos os ambientes públicos e privados, incluindo vias públicas e a sociedade em geral. No meio educacional, o princípio é o mesmo, garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida utilizem espaços, serviços e informações com segurança e autonomia.

A valorização das diferenças humanas baseia-se no respeito a particularidades individuais, como cultura, gênero e etnia. Em vez de forçar os indivíduos a se enquadrarem em padrões físicos, comportamentais ou intelectuais, a verdadeira inclusão garante oportunidades para todos na sociedade e no ambiente acadêmico, sem distinções. Afinal, a diversidade na educação enriquece o ambiente, gera inovações e soluções mais criativas, valoriza cada indivíduo e combate diretamente a discriminação e a exclusão.

Artigo 27 da Brasil, LBI. 13.146, a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão afirma de que a educação inclusiva é um direito de todos, e constitui de que não é direcionada somente para pessoas com alguma deficiência física, e sim também para pessoas com alguma dificuldade a qual lhe impossibilita de suas atividades, pois a inclusão defende o direito dos estudantes a se desenvolverem e a concretizar as suas potencialidades. Com as especificidades desta Lei conseguimos compreender as ideias de Dermeval Saviani dito em sua obra *Pedagogia Histórico-Crítica*.

Portanto, a Pedagogia Histórico-Crítica diferencia-se das demais correntes educacionais por sua ênfase na historicidade da educação e na formação de sujeitos críticos e reflexivos, bem como pela valorização da mediação do conhecimento pelo educador para a promoção de uma educação realmente emancipatória (Saviani, 1991)

Quando falamos sobre educação inclusiva sob a ótica de Dermeval Saviani, precisamos entender que ele expande esse conceito para além do que comumente se pensa. Para Dermeval Saviani, criador da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), a inclusão não se restringe apenas a colocar alunos com deficiência (PCD) na escola regular, embora isso seja fundamental, mas sim em incluir toda a classe trabalhadora e os grupos marginalizados no acesso ao conhecimento erudito, científico e universal.

Para Dermeval Saviani (1991), a verdadeira exclusão é a exclusão do saber. Portanto, uma educação só é verdadeiramente inclusiva se instrumentalizar o sujeito para transformar a sua realidade. A exclusão não se limita à separação e ao isolamento de grupos que precisam ser incluídos nos diversos espaços sociais e, principalmente, no ambiente escolar. Ela ocorre, sobretudo, quando a educação se torna limitada. O cidadão precisa buscar a sua evolução, e os meios para essa busca devem ofertar ambientes acolhedores, e as instituições de ensino precisam abrir portas para que esse indivíduo se fortaleça na busca por sua transformação, permitindo que a educação seja, de fato, libertadora.

A compreensão dessas diferenças é essencial para a reflexão e aprimoramento das práticas educacionais, buscando uma educação mais inclusiva, crítica e comprometida com a formação integral dos indivíduos. Essas características conferem à Pedagogia Histórico-Crítica uma perspectiva transformadora e contextualizada, alinhada com as demandas e desafios da sociedade contemporânea (Saviani, 1991).

Através da abordagem crítica e análises de Dermeval Saviani (1991), e da comparação de outros métodos pedagógicos contemporâneo, foi possível identificar através de suas análises as adaptações para o conceito educacional relacionado as atividades inclusivas nas instituições de ensino superior, dessa forma podendo haver debates para o fortalecimento da prática pedagógica mais inclusiva, reflexiva e transformadora, e as instituições podendo criar um ambiente com abordagens mais sólidas e atualizadas para a contribuição da formação crítica dos discentes que precisam de um ensino transformador.

A inclusão é um movimento educacional, social e político que defende o direito de todos os indivíduos a participarem da sociedade e de serem respeitados naquilo que os diferencia dos outros, construindo o direito fundamental, o direito à diferença. No contexto educacional, a inclusão defende o direito dos estudantes a se desenvolverem e a concretizarem as suas potencialidades, bem como de se apropriarem das competências que lhes permitam exercer o seu direito por meio de uma educação de qualidade, atendendo, assim, às suas necessidades, interesses e características, exigindo respostas específicas e diferenciadas, em face da vulnerabilidade, sejam elas por características orgânicas, de gênero, racial ou outras (Piovesan, 2005).

Os alunos com deficiência buscam conhecimentos e formação acadêmica e profissional ao ingressarem no ensino superior, e este, por outro lado, como espaço social e educacional, precisa reafirmar o seu compromisso com uma educação de qualidade, com direito à cidadania, à justiça social e à democracia, assumindo, dessa forma, um dever fundamental no crescimento pessoal e acadêmico dos educandos e o dever de proporcionar a educação para todos (Freire, 2008).

A função social do ensino superior acarreta a produção de conhecimento, de modo a proporcionar o desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia e do próprio indivíduo como cidadão na sociedade. Assim, a universidade, do mesmo modo como os demais contextos educacionais, é responsável pela promoção da cidadania, devendo proporcionar e incentivar uma educação para todos. Dessa forma, concretizar as ações educativas para que as pessoas com deficiência tenham a inclusão no ensino superior é uma questão de democracia e cidadania (Castanho; Freitas, 2006).

2.1 DIVERSIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Para discutirmos a diversidade no Ensino Superior, precisamos primeiro compreender o seu conceito. Podemos defini-la como o conjunto de indivíduos ou grupos que apresentam características, comportamentos ou condições únicas que diferem dos padrões tradicionalmente estabelecidos pela sociedade. Essa diferenciação costuma ocorrer por aspectos comportamentais, psicológicos, físicos e pela neurodiversidade.

Pessoas com transtorno de ansiedade, transtorno bipolar, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), transtorno de personalidade borderline e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) enquadram-se na diversidade psicológica e comportamental. Já a diversidade física abrange indivíduos com deficiências motoras, condições delicadas de saúde ou malformações, entre outras particularidades. Por sua vez, a neurodiversidade é representada por pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Tourette, Dislexia e Discalculia, (Fernandes; Almeida, 2007).

Considerando que o acesso à universidade não pode ser um fim em si mesmo, o sucesso da inclusão ao ensino superior terá que contemplar e ter repercussões positivas tanto no aproveitamento acadêmico dos estudantes quanto na qualidade extracurricular desses discentes, pois, dadas as estatísticas de desistência de alunos com deficiência que encontram dificuldades e barreiras que impedem sua aprendizagem e rendimento, a universidade deve dar um suporte apropriado a todas as necessidades que esses educandos encontram nesse ambiente, visto que, por vezes, esses são fatores desestimulantes (Fernandes; Almeida, 2007).

A diversidade se manifesta de múltiplas formas. Ela está presente nas diferentes raças, etnias, nacionalidades, tradições e idiomas, demonstrando a pluralidade cultural dos povos. Além disso, a inclusão de homens, mulheres, pessoas não binárias e de toda a comunidade LGBTQIA+, bem como o respeito às diferenças religiosas e às variadas origens socioeconômicas, é fundamental. Garantir essa representatividade, tanto na sociedade quanto nos diferentes níveis educacionais, é o caminho para promover a verdadeira igualdade e equidade para todos.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE NA SOCIEDADE E NO ENSINO SUPERIOR

Dentro da sociedade, a diversidade é fundamental para o fortalecimento da democracia e do pensamento crítico, pois impulsiona a inovação e cria novas oportunidades. Ela promove

o desenvolvimento intelectual e a empatia, além de combater o preconceito que nasce do desconhecimento.

A compreensão da historicidade da educação permite analisar criticamente as mudanças no campo educacional e suas implicações na formação dos indivíduos e na sociedade como um todo. Diante dos desafios contemporâneos, como a crescente diversidade cultural, a rápida evolução tecnológica e as questões socioambientais, a abordagem proposta por Saviani na Pedagogia Histórico-Crítica mostra-se relevante ao propor uma educação que dialogue com as transformações sociais e culturais do presente. (SAVIANI, 1991).

Ao superarmos o desconhecimento, aprendemos a combater o preconceito e a conviver com as diferenças do dia a dia, respeitando e aceitando a todos por igual. Isso elimina a exclusão e estimula o crescimento econômico, já que as minorias passam a integrar os mercados de trabalho e de consumo. Construir uma sociedade rica em culturas, crenças, gêneros e raças é essencial, pois a diversidade está diretamente ligada à garantia dos direitos de populações historicamente marginalizadas. Quando evoluímos nossa consciência coletiva, entendemos que o respeito aos limites do outro é o que gera os grandes avanços em direção à igualdade.

Ao enfatizar a importância de uma educação contextualizada, a Pedagogia Histórico-Crítica reconhece a diversidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo e as particularidades das realidades sociais e culturais em que estão inseridos. Essa abordagem valoriza as experiências e saberes dos educandos,

promovendo uma educação mais inclusiva e respeitosa com a singularidade de cada estudante. Além disso, a Pedagogia Histórico-Crítica destaca a importância de considerar as transformações sociais ao longo do tempo na formulação de práticas educacionais (SAVIANI, 1991).

7

Todas essas transformações sociais se refletem no ensino superior, pois a diversidade vai muito além do preenchimento de vagas, a universidade é a porta para o futuro, é o espaço onde o estudante molda sua visão de mundo e aprende a lidar com as diferenças. A pluralidade no ambiente acadêmico é vital porque une pessoas de origens, culturas e trajetórias distintas, que compartilham experiências únicas para gerar inovação e resolver problemas complexos. Além disso, esse convívio traz enriquecimento cultural, amplia o intelecto e promove a justiça social, alimentando a equidade na comunidade. Afinal, a diversidade não se trata apenas de tolerância, mas sim de nos transformarmos para construir uma sociedade mais justa e preparada para o futuro.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE E NO ENSINO SUPERIOR

Quando falamos de inclusão na sociedade, devemos abordar o reconhecimento do valor de cada indivíduo em sua totalidade. Ter uma comunidade consciente dos direitos de cada

cidadão significa entender que a inclusão se reflete em projetos estatais de acessibilidade, no respeito mútuo e no combate ao preconceito. Diante das dificuldades enfrentadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais que frequentam o ensino superior, é indispensável que a universidade ofereça uma educação de qualidade, pois antes de lhes ser garantido um direito, plenamente reconhecido, é um dever do estado implementar ações que favoreçam não só seu ingresso, como sua permanência e saída do ensino superior (Castanho; Freitas, 2006)

Isso envolve garantir o livre acesso para pessoas com limitações físicas, além de inseri-las em iniciativas educacionais e no mercado de trabalho. O objetivo é eliminar as barreiras impostas por suas limitações, promovendo o desenvolvimento necessário para que tenham igualdade de oportunidades, e que essas igualdades de oportunidades sejam

Amplas e acessíveis em diversas áreas proporcionando crescimento pessoal e profissional dentro da sociedade e em sua totalidade.

Frente ao exposto, percebe-se que a inclusão é fundamental para a construção de uma sociedade democrática. O respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades requer o movimento de incluir, que faz uma ruptura com o movimento da exclusão. Este debate vem sendo promovido por diferentes instâncias e países, incluindo o Brasil, portanto a inclusão é a garantia à todos do acesso contínuo ao espaço comum na vida em sociedade, que deverá estar organizada e orientada, respeitando a diversidade humana, as diferenças individuais, promovendo igualdade de oportunidades de desenvolvimento para toda a vida (Castanho; Freitas, 2006).

No Ensino Superior a inclusão se manifesta por meio de políticas públicas voltadas a toda a população. A universidade funciona como um poderoso agente de combate ao preconceito e à discriminação. Sendo assim, o papel das instituições de ensino é transformar o ambiente acadêmico em um espaço acolhedor e preparado para receber esses estudantes, impulsionando seu desenvolvimento por meio de projetos pedagógicos inclusivos. Dessa forma, ampliando o horizonte de possibilidades, preparando o aluno para o mercado de trabalho de maneira equitativa e consciente de seus direitos.

2.4 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: FIES, PROUNI E PROGRAMAS DE BOLSAS MUNICIPAIS COMO POLÍTICAS DE INCLUSÃO.

Garantir o acesso ao Ensino Superior para grupos historicamente excluídos vai muito além de assegurar igualdade prevista em lei. Na prática, é necessário criar mecanismos que realmente permitam que estudantes em situação de vulnerabilidade consigam ingressar e permanecer na universidade. Nesse contexto, as políticas públicas de inclusão surgem como instrumentos fundamentais para promover justiça social e ampliar as oportunidades educacionais no Brasil.

Entre os principais programas federais voltados para esse objetivo está o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pela Lei nº 11.096/2005. O programa oferece bolsas integrais e parciais em instituições privadas para estudantes de baixa renda oriundos da rede pública ou bolsistas da rede particular. Mais do que um simples benefício financeiro, o PROUNI representa uma tentativa concreta de reduzir desigualdades históricas, possibilitando que jovens antes afastados da universidade tenham acesso ao ensino superior.

Outro importante mecanismo é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), regulamentado pela Lei nº 10.260/2001. O programa funciona como uma forma de crédito educativo, permitindo que estudantes ingressem na graduação mesmo sem condições imediatas de arcar com os custos das mensalidades. Dessa maneira, o FIES contribui não apenas para ampliar o acesso, mas também para fortalecer as possibilidades de permanência acadêmica.

Além das iniciativas federais, programas municipais também exercem papel relevante nesse processo de inclusão. Um exemplo é o Programa Bolsa Universidade (2009), desenvolvido em Manaus, que busca atender estudantes em situação de vulnerabilidade social. Esse tipo de política demonstra que a responsabilidade pela democratização do ensino não deve ficar restrita ao governo federal, mas também envolver ações regionais voltadas às necessidades específicas de cada comunidade.

Nesse sentido, programas como PROUNI, FIES e PBU não podem ser vistos apenas como auxílios financeiros. Eles representam políticas públicas que promovem inclusão social, diversidade e democratização do Ensino Superior. Ao possibilitarem o ingresso de diferentes grupos sociais nas universidades, essas iniciativas também desafiam as instituições de ensino a se tornarem ambientes mais acolhedores, plurais e preparados para lidar com diferentes realidades culturais e socioeconômicas.

De acordo com Pierre Bourdieu (2015), o sistema educacional tende historicamente a reproduzir desigualdades sociais, privilegiando indivíduos que já possuem maior capital cultural e econômico. Assim, políticas de inclusão educacional ajudam a romper essa lógica excludente, permitindo que estudantes das classes populares ocupem espaços antes restritos às elites.

Entretanto, democratizar o acesso não significa apenas ampliar o número de matrículas. Como destaca Nogueira (2021), é necessário garantir também condições de permanência. Muitos estudantes enfrentam dificuldades relacionadas ao transporte, alimentação, materiais acadêmicos e suporte emocional. Por isso, as instituições precisam desenvolver redes de apoio

psicopedagógico e assistência estudantil capazes de reduzir a evasão universitária.

Além dos impactos econômicos e sociais, o acesso ao Ensino Superior também promove transformações pessoais e cidadãs. Charlot (2020) afirma que o acesso ao conhecimento contribui para processos de emancipação e construção da autonomia do indivíduo. No contexto amazônico, programas como o PBU possuem importância ainda maior, pois favorecem a formação de profissionais que frequentemente permanecem em suas próprias comunidades, contribuindo para o desenvolvimento regional.

2.5 A LEI DE COTAS COMO INSTRUMENTO DE REPARAÇÃO HISTÓRICA E INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL E SOCIAL

No contexto das universidades públicas brasileiras, a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, representa um dos principais marcos das políticas de inclusão social no país. A legislação determinou a reserva de vagas em universidades e institutos federais para estudantes oriundos da escola pública, considerando critérios sociais, raciais e econômicos, além da inclusão de pessoas com deficiência.

Mais recentemente, a Lei nº 14.723/2023 trouxe atualizações importantes para ampliar a efetividade dessa política, incluindo oficialmente estudantes quilombolas e modificando alguns critérios de distribuição das vagas. Essas mudanças reforçam o compromisso do Estado com a redução das desigualdades históricas e com a construção de um ambiente universitário mais diversificado e representativo da realidade brasileira.

A Lei de Cotas não deve ser compreendida apenas como uma política de acesso ao Ensino Superior, mas como uma estratégia de reparação histórica diante das desigualdades acumuladas ao longo do tempo. Durante décadas, grupos como negros, indígenas, quilombolas e estudantes de baixa renda tiveram oportunidades educacionais limitadas em razão das barreiras sociais e do racismo estrutural presentes na sociedade brasileira.

Sob essa perspectiva, Silvio Almeida (2019) destaca que o racismo não ocorre apenas em atitudes individuais, mas está presente nas próprias estruturas sociais, econômicas e educacionais do país. Dessa forma, as cotas surgem como um instrumento capaz de enfrentar essas desigualdades históricas e ampliar a participação de grupos marginalizados em espaços tradicionalmente elitizados.

Além de garantir o ingresso desses estudantes, a presença de diferentes grupos sociais nas universidades provoca mudanças significativas dentro das instituições. Conforme aponta

Nilma Lino Gomes (2017), a diversidade presente no ambiente acadêmico faz com que a universidade repense não apenas quem ocupa esses espaços, mas também quais conhecimentos são valorizados e ensinados. Isso contribui para o fortalecimento de uma educação mais plural, intercultural e conectada às diferentes realidades sociais brasileiras.

Outro aspecto importante é que a reformulação da Lei de Cotas trouxe mecanismos que ampliam ainda mais a inclusão. Segundo Mól (2022), ao permitir que estudantes cotistas concorram inicialmente na ampla concorrência, a legislação aumenta o alcance das vagas reservadas e favorece estudantes em situação de maior vulnerabilidade social.

Além do impacto dentro das universidades, as políticas de cotas também produzem reflexos importantes na sociedade e no mercado de trabalho. A ampliação da diversidade no Ensino Superior contribui para a formação de profissionais, pesquisadores e lideranças mais representativas da população brasileira. Como destaca Guimarães (2021), democratizar o acesso à universidade significa também democratizar os espaços de poder, conhecimento e tomada de decisão.

2.6 PROGRAMAS DE EMPREGABILIDADE, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PROJETOS DE EXTENSÃO: PILARES DE PERMANÊNCIA E SUCESSO ACADÊMICO

Garantir o acesso ao Ensino Superior é apenas o primeiro passo para a efetiva inclusão educacional. Para que os estudantes consigam concluir sua formação com qualidade, é necessário que as instituições de ensino ofereçam suporte acadêmico, social e financeiro ao longo de toda a trajetória universitária. Nesse cenário, programas de empregabilidade, iniciação científica e extensão tornam-se fundamentais para fortalecer a permanência e o sucesso acadêmico.

Segundo Tinto (2017), a permanência do estudante na universidade está diretamente relacionada ao sentimento de integração acadêmica e social. Quando o aluno se sente acolhido, valorizado e participante da vida universitária, as chances de evasão diminuem significativamente. Dessa forma, projetos institucionais deixam de ser apenas atividades complementares e passam a exercer um papel essencial na inclusão educacional.

Os programas de empregabilidade, por exemplo, aproximam os estudantes do mercado de trabalho por meio de estágios, feiras de carreira, bancos de talentos e parcerias institucionais. Essas iniciativas ajudam principalmente estudantes de baixa renda e grupos socialmente vulneráveis, que muitas vezes encontram maiores dificuldades para acessar oportunidades

profissionais. Além disso, conforme a Teoria do Capital Humano de Schultz (1961), o investimento em educação e qualificação profissional é um importante fator de mobilidade social e desenvolvimento econômico.

Outro eixo fundamental é a Iniciação Científica (IC), que proporciona ao estudante contato direto com a pesquisa acadêmica desde os primeiros períodos da graduação. Para Demo (2018), a pesquisa deve ser entendida como parte essencial do processo educativo, estimulando autonomia, pensamento crítico e produção do conhecimento. Ao participar de projetos científicos, o estudante deixa de ser apenas receptor de informações e passa a atuar como sujeito ativo na construção do saber.

Além do desenvolvimento intelectual, a participação em atividades de pesquisa também fortalece o vínculo do aluno com a universidade. Muitos estudantes passam a enxergar o ambiente acadêmico como um espaço possível de pertencimento e crescimento pessoal, o que contribui para o aumento da autoestima e da confiança acadêmica.

Entretanto, para que estudantes em situação de vulnerabilidade consigam participar dessas atividades, o apoio financeiro torna-se indispensável. Conforme destaca Santos (2020), muitos universitários precisam conciliar estudos com jornadas intensas de trabalho informal, o que acaba comprometendo o desempenho acadêmico e aumentando os índices de evasão. Nesse contexto, bolsas de monitoria, extensão e iniciação científica desempenham um papel importante ao oferecer condições mínimas para que o estudante consiga dedicar tempo à formação acadêmica.

Os projetos de extensão universitária também possuem grande relevância nesse processo. Por meio deles, os estudantes aplicam os conhecimentos adquiridos em sala de aula em benefício da comunidade. Empresas juniores, núcleos de prática jurídica, clínicas-escola e projetos sociais são exemplos de iniciativas que aproximam universidade e sociedade. Para Freire (2019), a educação se torna mais significativa quando teoria e prática caminham juntas na transformação da realidade social.

Além de contribuírem para a formação profissional, essas experiências fortalecem a responsabilidade social das instituições de ensino e permitem que estudantes desenvolvam habilidades práticas, humanas e éticas fundamentais para o exercício profissional.

3 METODOLOGIA

O caminho metodológico deste estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica. A escolha dessa metodologia possibilita compreender aspectos sociais e educacionais relacionados ao acesso e à permanência no Ensino Superior, analisando não apenas dados quantitativos, mas também os significados e impactos das políticas de inclusão na realidade dos estudantes.

Para contextualizar a pesquisa com base nas discussões mais recentes sobre inclusão educacional, foi definido um recorte temporal entre os anos de 2017 e 2026. Essa delimitação permitiu analisar mudanças sociais, atualizações legislativas e produções científicas recentes relacionadas às políticas públicas de acesso e permanência no Ensino Superior.

A coleta do material bibliográfico foi realizada em bases de dados eletrônicas reconhecidas academicamente, como o Portal de Periódicos da CAPES, a SciELO e o Google Acadêmico. Foram selecionados livros, artigos científicos e documentos que abordassem programas de inclusão educacional, como PROUNI, FIES, Programa Bolsa Universidade (PBU) e a Lei de Cotas, além de discussões sobre diversidade, permanência acadêmica e democratização do ensino.

Como critérios de inclusão, priorizaram-se publicações científicas revisadas por pares e materiais que apresentassem relevância direta com a temática proposta. Em contrapartida, foram excluídos textos duplicados, materiais sem fundamentação científica e conteúdos que não dialogassem com os objetivos deste estudo.

A análise dos dados ocorreu por meio da técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2016), essa metodologia consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores”. Dessa forma, a análise permitiu identificar categorias relacionadas às políticas de inclusão, aos desafios de permanência estudantil e aos impactos sociais dessas ações no contexto do Ensino Superior brasileiro.

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A inclusão e a diversidade no ensino superior são compostas por leis e diretrizes que se aplicam tanto à sociedade quanto ao âmbito educacional. O Estado, por lei, garante a acessibilidade para todos os grupos, e o dever da Instituição de Ensino é trabalhar em conformidade com essas normas. As principais políticas públicas de inclusão estão associadas

a iniciativas como a Lei de Cotas, programas de bolsas de estudo (como o Prouni) e o financiamento estudantil do governo federal (FIES). Há também ações voltadas para alunos com deficiência (PcDs), as quais não se limitam ao processo de ingresso, mas alcançam as políticas de permanência. Nesse sentido, as instituições precisam elaborar projetos que visem auxiliar os estudantes, como os programas de empregabilidade.

Os desafios encontrados pelos alunos quanto à inclusão são inúmeros: eles enfrentam barreiras que vão do acesso à educação à vulnerabilidade socioeconômica, além do preconceito, do racismo e da discriminação. Contudo, para mitigar esses obstáculos, foram criados projetos de permanência estudantil por meio de bolsas e financiamentos. O Sistema Nacional de Educação viabilizou essas oportunidades, permitindo que estudantes menos favorecidos tivessem acesso às universidades e construíssem novas trajetórias. Esses projetos estudantis evitam a evasão e auxiliam na formação acadêmica, pois a inclusão traz consigo o potencial de gerar oportunidades para quem mais precisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições de ensino precisam disponibilizar acessibilidades que todos tenham acesso, que possam buscar o conhecimento e informações sem limitações. E para que haja que tenha um ambiente com práticas inclusivas, é necessário fazer implantações de meios de locomoção mais acessível, pensado em vários graus de dificuldades.

Contudo, a consolidação de programas como FIES, PROUNI e PBU demonstra uma importante mudança no papel das instituições de Ensino Superior. Mais do que formar profissionais, as universidades passam a atuar como espaços de inclusão, diversidade e transformação social. A Lei de Cotas representa um avanço significativo na luta por igualdade social e racial no Brasil. Mais do que garantir vagas, essa política fortalece a inclusão, promove diversidade e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Por fim, a integração entre programas de empregabilidade, iniciação científica, extensão universitária e assistência financeira, fortalece a construção de uma Educação Inclusiva mais ampla e efetiva. Essas ações demonstram que, promover inclusão no Ensino Superior não significa apenas abrir as portas da universidade, mas também garantir condições reais para que todos os estudantes permaneçam, se desenvolvam e concluem sua formação com qualidade e dignidade.

REFERÊNCIAS

- SAVIANI. A Pedagogia Histórico-Crítica: **Uma Abordagem Transformadora Para A Educação** (1991) - IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS).
- FALÇÃO, Geovana Belém. **Educação Inclusiva em Diálogos - Tessituras sobre a formação e experiências docentes**. Editora UECE, 2022.
- BRASIL. Lei N° 13.146, 6 de Julho de 2015 - **Planalto (Lei Brasileira de Inclusão)**.
- BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI**. Brasília, DF, 2005.
- BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. **Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES**. Brasília, DF, 2001.
- MANAUS. Lei Municipal nº 1.357, de 8 de julho de 2009. **Institui o Programa Bolsa Universidade (PBU)**. Manaus, AM, 2009.
- DIAS Sobrinho, José. **A educação superior acadêmica e a democratização do acesso e da permanência. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 23, n. 3, 2018.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio**. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. **Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa de reserva de vagas para ingresso nas instituições federais de ensino superior**. Brasília, DF, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CATANI, Afrânio Mendes et al. **O Prouni na docência do ensino superior: democratização ou precarização?** Revista Educação em Questão, v. 56, n. 47, p. 112-135, 2018.
- CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Penso, 2020.
- LIMA, R. S.; Silva, M. A. **Políticas públicas locais e o desenvolvimento regional na Amazônia: o impacto das bolsas de estudos municipais**. Manaus: Editora Valer, 2022.
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Acesso e permanência na educação superior: desafios da democratização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.